

GOLPES IMPERIALISTAS NA GUINÉ-BISSAU¹

Nanucha Té²

RESUMO

O estudo tem como objetivo investigar as causas internas e externas que sustentam o ciclo de instabilidade política na Guiné-Bissau, identificando como as elites nacionais, em articulação com potências estrangeiras, perpetuam a dependência estrutural e comprometem a soberania e o desenvolvimento do país. Trata-se de uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa e descritiva. A pesquisa interpretou criticamente as relações de poder e dependência entre a Guiné-Bissau e as antigas potências coloniais, priorizando a compreensão dos significados históricos e sociais subjacentes aos golpes de Estado. Conclui-se que os golpes de Estado na Guiné-Bissau expressam um modelo de dominação sustentado por elites cooptadas e por interesses imperialistas, sintetizados pela OTAN, que perpetuam a dominação política e econômica do país. A soberania nacional continua comprometida por controles externos subordinados aos interesses dos Estados Unidos e países da Europa e pela ausência de instituições sólidas. O rompimento desse ciclo exige, além das falsas bandeiras de combate à corrupção, o fortalecimento da autonomia política, econômica e a valorização das identidades africanas como base para um desenvolvimento soberano emancipador do imperialismo e elites subalternas.

Palavras-chave: Guiné-Bissau - história – revolução; imperialismo; soberania.

ABSTRACT

This study aims to investigate the internal and external causes that sustain the cycle of political instability in Guinea-Bissau, identifying how national elites, in collaboration with foreign powers, perpetuate structural dependence and undermine the country's sovereignty and development. This is a literature review with a qualitative and descriptive approach. The research critically interprets the power and dependence relations between Guinea-Bissau and the former colonial powers, prioritizing an understanding of the historical and social meanings underlying coups d'état. The conclusion is that coups d'état in Guinea-Bissau express a model of domination sustained by co-opted elites and imperialist interests that perpetuate the country's political and economic vulnerability. National sovereignty remains compromised by external ties and the absence of solid institutions. Breaking this cycle requires strengthening political autonomy, combating corruption, and valuing African identities as the basis for sovereign and emancipatory development.

Keywords: Guinea-Bissau – history – revolution; imperialism; sovereignty.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Carlindo Fausto Antonio.

² Graduanda do Bacharelado em Humanidades pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O imperialismo constitui um fenômeno histórico que moldou profundamente as relações políticas e econômicas entre o Norte global e o continente africano. Segundo Rodney (1972), a colonização foi um sistema de exploração que visava extrair os chamados recursos naturais e humanos da África para benefício da Europa. Essa estrutura de dominação não se limitou à esfera econômica, mas impôs modelos culturais, políticos e epistemológicos que redefiniram as identidades locais.

Antes da chegada dos europeus, a África já havia desenvolvido civilizações avançadas, culturas únicas e sistemas políticos complexos. Uma das mais famosas civilizações foi o antigo Egito, que surgiu por volta de 3100 antes de Cristo no rio Nilo. Eles construíram pirâmides, desenvolveram a escrita hieroglífica e fizeram avanços em matemática, medicina e engenharia (Hansen, 2004). Além do Egito, havia outros reinos e impérios importantes, como o Reino de Kush ao sul do Egito, que tinha uma cultura única e forte influência na região. Na África Ocidental, havia reinos como Gana, Mali e Songhai, que eram centros de comércio e poder político.

Durante séculos, algumas correntes de pensamento, influenciadas por uma visão eurocêntrica, estabelecem hierarquias entre os povos, colocando as culturas europeias no topo e as africanas em uma posição inferior. Algumas dessas teorias são: a teoria do determinismo racial, que afirmava que as características físicas e culturais dos africanos os tornavam naturalmente inferiores e aptos à escravidão e o darwinismo social que afirmava que os africanos estavam em um estágio inferior de desenvolvimento evolutivo em comparação com os europeus. Essas teorias tiveram um impacto profundo na justificativa da escravidão e na exploração colonial, pois forneceram uma base "científica" para a desumanização dos africanos e a negação de seus direitos humanos.

A história da colonização da África foi marcada por um processo de exploração gradual, motivado por interesses econômicos, políticos e uma ideologia que justificava a dominação. De acordo com António (2010, p. 23), a presença europeia na África começou de forma mais discreta no século XV, com as explorações marítimas portuguesas e espanholas. Os portugueses estabeleceram postos comerciais em Angola e na atual Guiné-Bissau, com o objetivo de controlar o comércio de ouro e outros recursos. Essas primeiras ações de colonização eram mais de caráter

comercial e de estabelecimento de rotas marítimas, mas logo evoluíram para uma ocupação mais sistemática e violenta.

Nos séculos XVI e XVII, com o aumento da demanda por mão de obra escrava nas Américas, as potências europeias intensificaram suas ações na África, principalmente na costa ocidental e central. Segundo Barros (2015, p. 45), a partir do Século XVII, países como Inglaterra, França, Holanda e Bélgica começaram a estabelecer colônias permanentes, fundando postos comerciais e controlando rotas estratégicas. Essas ações estavam ligadas ao comércio de escravizados, que se tornou uma das principais motivações para a ocupação do continente, alimentando o crescimento econômico das metrópoles europeias.

Essa fase inicial estabeleceu as bases para a divisão do continente na Conferência de Berlim. Segundo Hargreaves (2000, p. 112), a competição entre as nações europeias gerou tensões que poderiam levar a conflitos armados, o que motivou a necessidade de uma regulamentação internacional. Essa conferência, realizada entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, foi um marco de racismo institucionalizado, um evento crucial na história do imperialismo europeu e da colonização da África, reunindo representantes de 14 países, buscando estabelecer regras para a colonização dos povos africanos e evitar conflitos entre potências europeias. Assim, a colonização completa da África consolidou-se entre os séculos XIX e XX como uma estratégia de subdesenvolver por completo o continente. De acordo com Rodney (1972), esse processo era muito mais do que uma ocupação política: tratava-se de um sistema econômico cuidadosamente desenhado para enriquecer as potências europeias às custas do continente africano.

A conferência resultou na chamada “Regras de Berlim”, que incluíam o princípio de que qualquer potência que desejasse colonizar uma região deveria notificar as demais nações participantes. Além disso, foi estabelecido que a colonização deveria promover a civilização. Segundo Barros (2015), as potências europeias justificavam suas ações com uma ideologia de superioridade racial, legitimando a escravização e o extermínio de povos inteiros em nome do progresso civilizatório. Conforme António (2010), a Conferência de Berlim institucionalizou uma divisão criminosa da África, impondo fronteiras artificiais e consolidando o domínio europeu. Nessa perspectiva, Fanon (1961) enfatiza que a descolonização deve ser entendida não apenas como libertação política, mas como reconstrução econômica e social dos povos oprimidos, cuja autonomia foi sistematicamente negada pelo imperialismo.

A Guiné-Bissau não é exacerbção dessa lógica de exploração. Após a sua independência em 1973, o país enfrenta instabilidades políticas contínuas, marcadas por sucessivos golpes de Estado e rupturas institucionais que têm como a finalidade, a exploração dos recursos naturais e energéticos do país. Entre 1980 e 2012, sucessivas intervenções militares interromperam governos civis e minaram o desenvolvimento democrático. Essa trajetória reflete a persistência de práticas neocoloniais e a influência de potências externas na política nacional, reproduzindo a dependência econômica e a fragilidade das instituições. A situação torna-se ainda mais grave diante da cumplicidade das elites locais, que, segundo Amin (1976), atuam como mediadoras do sistema imperialista, mantendo a dependência estrutural e a marginalização do continente.

O problema central que emerge desse cenário consiste em compreender: por que a Guiné-Bissau continua vulnerável a sucessivos golpes de Estado, mesmo após décadas de independência formal? A questão problematizadora norteadora deste estudo é: quais são as causas internas e externas que sustentam o ciclo de instabilidade política e como elas se articulam na manutenção de interesses imperialistas no país? Tal formulação busca ultrapassar explicações superficiais e identificar os mecanismos de dominação que perpetuam desigualdades e fragilizam a soberania nacional.

A contextualização do problema envolve fatores históricos, econômicos e geopolíticos. A interferência de potências estrangeiras na administração e na economia da Guiné-Bissau consolidou uma dependência estrutural que inviabiliza políticas autônomas de desenvolvimento. As elites locais, cooptadas por interesses externos, tornam-se instrumentos da perpetuação do neocolonialismo. Além disso, o braço militar, frequentemente mobilizado em nome da estabilidade, transforma-se em agente de repressão e de controle social. Essa combinação entre dominação externa e cumplicidade interna explica a repetição cíclica de golpes que impedem o fortalecimento das instituições democráticas.

A justificativa deste estudo reside na necessidade de compreender as dinâmicas complexas que moldam a instabilidade política na Guiné-Bissau, evidenciando a relação entre imperialismo, elites nacionais e forças armadas. Analisar essas conexões é essencial para interpretar não apenas o passado, mas também os desafios contemporâneos da governança africana. Além de ampliar o conhecimento científico sobre a realidade guineense, o trabalho propõe contribuir para a formulação

de estratégias políticas que visem o fortalecimento institucional e a superação da dependência externa.

A relevância do tema transcende o contexto nacional, pois a instabilidade guineense reflete padrões observados em outros países africanos que enfrentam dilemas semelhantes. Ao discutir o imperialismo e suas manifestações modernas, o estudo contribui para o debate sobre soberania, autodeterminação e justiça social na África pós-colonial. Ademais, insere-se nos debates contemporâneos sobre democratização e desenvolvimento sustentável em Estados frágeis, fornecendo subsídios teóricos e históricos para compreender o impacto das intervenções externas no continente.

O objetivo geral deste artigo é identificar os promotores dos golpes de Estado na Guiné-Bissau e analisar as estratégias empregadas para a manutenção dos interesses imperialistas no país e como os objetivos específicos são: investigar quem são os principais grupos e atores que participam dos golpes de Estado na Guiné-Bissau; compreender os interesses políticos e econômicos que motivam tais intervenções; verificar o envolvimento e o apoio de potências imperialistas\OTAN nesses processos; analisar os efeitos da instabilidade sobre a soberania nacional e o desenvolvimento socioeconômico; propor reflexões críticas sobre mecanismos institucionais que possam promover estabilidade e democracia duradouras.

Quanto à metodologia, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica, de natureza qualitativa e descritiva, com enfoque analítico e interpretativo. De acordo com Gil (2019), a revisão bibliográfica tem como finalidade reunir, analisar e discutir o conhecimento já produzido sobre determinado tema, permitindo a formulação de novas interpretações a partir de diferentes perspectivas teóricas. Nesse sentido, o método adotado neste trabalho possibilitou compreender o fenômeno dos golpes de Estado na Guiné-Bissau como resultado de um processo histórico, político e econômico marcado pela persistência da dominação imperialista, que se consolidou a partir da colonização, trabalho escravizado, Conferência de Berlim (1885) e fundação da OTAN (de abril de 1949).

A pesquisa qualitativa foi selecionada por sua capacidade de interpretar os significados e relações que estruturam a realidade social, em vez de quantificá-los. Segundo Minayo (2012), a abordagem qualitativa se fundamenta na compreensão da complexidade dos fenômenos humanos e sociais, considerando seus aspectos históricos, culturais e subjetivos. Essa metodologia mostrou-se adequada para

investigar as dinâmicas de poder, dependência e influência externa que caracterizam a política guineense, permitindo uma leitura crítica e contextualizada dos dados bibliográficos coletados.

Do ponto de vista descritivo, Triviños (1987) afirma que a pesquisa busca apresentar, de forma detalhada e sistemática, as características e relações de um fenômeno, sem manipulação das variáveis. Dessa forma, a análise descritiva foi essencial para identificar os elementos estruturais dos golpes de Estado, bem como as conexões entre fatores internos — como o papel das elites políticas e militares — e fatores externos — como a ingerência econômica e geopolítica de potências imperialistas.

O levantamento de dados foi realizado por meio da consulta a livros, artigos científicos e documentos históricos que abordam o imperialismo, o neocolonialismo e as lutas de libertação africanas. As fontes foram selecionadas com base em sua relevância acadêmica, atualidade e coerência teórica, conforme os critérios metodológicos indicados por Marconi e Lakatos (2017). A análise dos materiais seguiu um processo interpretativo, no qual foram identificadas convergências, divergências e lacunas teóricas, resultando na construção de uma síntese crítica sobre a permanência da dependência pós-colonial na Guiné-Bissau.

A metodologia qualitativa e descritiva, aplicada à revisão bibliográfica, permitiu a elaboração de um estudo consistente, fundamentado e crítico, capaz de revelar as relações entre o imperialismo histórico e os conflitos políticos contemporâneos. Assim, este trabalho contribui para a ampliação do debate sobre os mecanismos de dominação ainda presentes nas ex-colônias africanas, reafirmando a importância da autonomia política e cultural como caminho para o desenvolvimento soberano da Guiné-Bissau.

1.1 A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA, A COLONIZAÇÃO E A LUTA DA LIBERTAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau é um país localizado na costa Ocidental da África, ao norte faz fronteira com Senegal e ao sul e leste com Guiné Conacri. Seu clima é tropical, com duas estações principais: uma seca e uma chuvosa, tem 8 regiões e um setor autônomo, incluindo Biombo, Cacheu, Bissau (capital, setor autônomo), Quinara, Tombali, Oio, Bolama, Bafatá e Gabú. Tem uma área total aproximadamente de

36.125 km com uma costa de 350 km de extensão. De acordo com os dados mais recentes, o país tem uma população de 2.257.193 habitantes, com mais de 20 etnias, incluindo papeis, balantas, manjacos, bijagós, fulas, felupes, mandingas, entre outras. A sua língua oficial é o português (língua do opressor). A Guiné-Bissau é uma república semipresidencialista, onde o presidente é o chefe de Estado e o primeiro-ministro é o chefe de governo. O sistema político é caracterizado por uma divisão de poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Executivo: O presidente é eleito por voto popular para um mandato de cinco anos, com possibilidade de reeleição. O primeiro-ministro é nomeado pelo presidente e é responsável pela administração do governo. Legislativo: O Parlamento Nacional é unicameral, composto por 102 membros eleitos por sufrágio direto. Os deputados têm um mandato de quatro anos e são responsáveis por aprovar leis e fiscalizar o governo. Judiciário: O sistema judicial é independente, com tribunais que incluem o Supremo Tribunal de Justiça. A justiça enfrenta desafios, como a falta de recursos e a corrupção. O país é conhecido por suas ilhas, incluindo o arquipélago dos Bijagós, que é um patrimônio mundial da UNESCO. Seus recursos naturais são: petróleo, gás natural, bauxita, fosfato e madeira. Agricultura é uma das principais atividades econômicas do país, com culturas como arroz, mandioca, milho e frutas tropicais.

No entanto, a exploração desses recursos é controlada por empresas estrangeiras, que beneficiam mais os interesses das potências estrangeiras do que os da população local. Essa exploração é um exemplo clássico de imperialismo que é definido por Samir Amin como “um sistema de dominação que visa manter a dependência econômica e política dos países do terceiro mundo” (Amin, 1976, p. 210). O país tem uma longa história de exploração que começou desde o século XV com a chegada dos portugueses. Segundo o historiador Walter Rodney, “a colonização portuguesa na Guiné-Bissau foi marcada por uma política de exploração econômica e cultural”. Essa prática não foi apenas uma questão de trabalho forçado, mas também de desumanização, pois os escravizados eram tratados como mercadoria, sem direitos ou dignidade.

A colonização na Guiné-Bissau é marcada por episódios de extrema violência, exploração e desumanização, que tiveram profundas consequências na formação social, econômica e cultural do país. Nesse período, os guineenses sofreram com práticas brutais de opressão, incluindo torturas, trabalhos forçados e a imposição de impostos que visavam manter o controle e extrair lucros da mão de obra local. De

acordo com Barros (2004, p. 78), a escravidão na Guiné-Bissau foi marcada por uma violência sistemática, onde os escravizados eram submetidos a torturas físicas e psicológicas para garantir sua submissão. Ele explica que os portugueses utilizavam métodos cruéis, como chicotadas, mutilações e até execuções públicas como forma de intimidar a população e evitar revoltas. Essas torturas não eram apenas punições, mas também estratégias de controle social, que buscavam desumanizar o povo local e consolidar o domínio colonial. Segundo Barros, essa brutalidade deixou marcas profundas na memória coletiva do povo guineense, alimentando uma resistência silenciosa e uma forte vontade de liberdade.

Amílcar Cabral foi líder visionário fundamental para o processo de libertação do povo guineense e cabo-verdiano, unindo diferentes grupos e comunidades locais em torno de um objetivo comum, que é acabar com o domínio colonial português. Essa luta foi parte de um movimento africano mais amplo contra o colonialismo europeu, marcada pela participação intensiva da população rural, pela mobilização política e pela articulação com a diáspora. O movimento nasceu sob a liderança do partido africano da independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) criado em 1956 por Amílcar Cabral. O PAIGC, com o objetivo de colocar a autodeterminação e justiça social no centro da agenda nacional, recebeu suporte político e material de várias nações, incluindo Cuba, China e nações do Bloco Socialista, além do Movimento dos Países Não Alinhados. Este suporte internacional foi crucial para equilibrar a força em face da potência militar e política de Portugal, que contava com a assistência de aliados ocidentais preocupados com a disseminação do socialismo no continente africano. Durante o século XX, Amílcar Cabral criou várias estratégias para resgatar a Guiné-Bissau e Cabo Verde que viviam sob um regime colonial que segregava direitos, explorava recursos e impunha estruturas administrativas dependentes de uma elite local aliada ao poder colonial. A pobreza rural, a marginalização social e a repressão política realizaram um ambiente propício para o surgimento de lideranças que buscavam uma transformação profunda.

O massacre de Pindjiguiti foi um dos episódios da resistência, que aconteceu no dia 3 de agosto 1959, quando os funcionários se levantaram contra o domínio colonial português, buscando reverter a situação. Durante o período colonial os trabalhadores recebiam o salário muito pouco que não dava para cobrir a metade das suas despesas. Os trabalhos forçados eram uma das principais formas de exploração econômica na região. De acordo com António (2012, p. 102), os portugueses

obrigavam os africanos a trabalharem em plantações de algodão, cacau, e em obras públicas, como estradas e portos, sob condições extremamente precárias. Os guineenses eram obrigados a cumprirem jornadas exaustivas sem remuneração adequada, em 1959, os marinheiros e estivadores de porto de Bissau entraram em greve, exigindo melhores salários e condições de trabalho, foram reprimidos violentamente pela polícia internacional de defesa de estado (PIDE) e outras forças, resultando em número de mortos entre 40 e 70 mortos com cerca de 100 feridos, embora o número exato nunca tenha sido definido.

Após esse acontecimento, o Amílcar Cabral concluiu que a política de PAIGC de não violência não seria capaz de libertar o povo, e que era necessária a luta armada para expulsar o opressor. Ele acreditava que a luta contra o colonialismo era uma questão de justiça e dignidade para o povo guineense, defendendo que a libertação deveria devolver aos povos o controle sobre suas próprias vidas, recursos e destinos. A luta foi tanto nacional quanto social, buscando não apenas a ruptura com o domínio colonial, mas a criação de condições para uma vida digna para o povo. Cabral prioriza a educação popular e a conscientização política como componentes centrais para que a população participe ativamente da construção do novo projeto nacional, propondo políticas de reforma agrária e de uso dos chamados recursos naturais para benefício do povo, repudiando dependências externas e explorando a capacidade produtiva local.

Por outro lado, a estratégia do PAIGC não ficou limitada às ações militares, ela envolveu a criação de estruturas de governo paralelas, redes de assistência social, cooperativas, sistema de comunicação entre as áreas sob controle e uma fusão entre organização popular e militância ideológica.

O cenário político que cercava Cabral também o aproximava de correntes de pensamento anti-imperialistas e de solidariedade pan-africanista, atentas às lutas de libertação em outras partes do continente. Essa orientação não significa um alinhamento mecânico com modelos soviéticos e chineses de então, ele articula uma prática autônoma que combinava organização de massas, educação política, mobilização rural e uma estratégia de “guerra popular” adaptada às condições locais, colocando a cultura africana como elemento motor de resistência, valorizando línguas, tradições e saberes locais como parte de uma identidade coletiva que fortalece a mobilização popular. A luta que durou de 1963 a 1974 foi uma resposta direta à tentativa do imperialismo português de manter o controle no território. De acordo com

Barros (2004, p. 127), o imperialismo, ao tentar impedir a independência da Guiné-Bissau, utilizou estratégias de repressão, militarização e manipulação política, buscando manter sua influência na região. A luta foi bastante difícil, pois os portugueses tinham um exército forte e recursos para reprimir os movimentos de resistência, porém, o povo resistiu com muita coragem e esperança, o que acabou proclamando a independência no dia 24 de setembro de 1973. Cabo Verde e outros países, como Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, tornaram-se independentes após a revolução de cravos que derrubou o regime Salazar em Portugal.

A Revolução dos Cravos foi apenas um catalisador, e não uma causa única ou primária. A luta armada e a resistência dos movimentos de libertação eram intensas e já vinham desgastando o poder colonial português há anos. Esses movimentos, com suas estratégias políticas e militares, já haviam conquistado vitórias significativas e criado condições para autodeterminação, mesmo sob o regime ditatorial anterior. Nesse sentido, a Revolução dos Cravos veio para “oficializar” e acelerar um processo que já estava em curso e com forte impulso próprio. A descolonização não foi um presente da Revolução dos Cravos, mas sim uma conquista árdua e conquistada a duras penas pelos próprios africanos. Pois, a própria natureza da Revolução dos Cravos, um movimento essencialmente português e focado em questões internas, não tinha a independência africana como objetivo principal. Os militares que derrubaram a ditadura buscavam, primordialmente, o fim da guerra colonial, que era impopular e custosa para Portugal e a democratização do país. A visão de que a independência foi dada pela Revolução Portuguesa pode esconder a agência e o heroísmo dos combatentes e líderes africanos que sacrificaram suas vidas e lutaram incansavelmente pela liberdade do seu povo.

A narrativa da independência como um ato de generosidade portuguesa, mesmo que involuntária, pode perpetuar uma visão eurocêntrica da história, minimizando o protagonismo africano e a sua capacidade de forjar o próprio destino.

Após a independência formal dos países africanos, os países imperialistas criaram novas formas de colonização. Os países europeus participantes da Conferência de Berlim, juntamente com os Estados Unidos, criaram a Organização do Tratado Atlântico do Norte (OTAN) em 1949 e as instituições, como uma forma de manter a dominação. Assim como na época da colonização, essas organizações atuam como uma força de manutenção do poder das antigas metrópoles, impondo

interesses econômicos e políticos às regiões sob a sua influência. As instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, têm exercido uma influência significativa na forma como a democracia é implementada em África ao imporem condições políticas e econômicas a esses países, o que limita suas capacidades de implementar suas próprias políticas e instituições. A partir da década de 1990, as potências imperialistas começaram a impor a democracia aos países africanos como uma condição de receber “apoio econômico e político”. No entanto, essa imposição foi frequentemente feita de forma paternalista e intervencionista, sem levar em conta as especificidades e necessidades dos países africanos, levando a uma dependência contínua desses países. O Franco CFA é outro exemplo de como essas potências buscam garantir seus interesses e manter o subdesenvolvimento do continente africano. O acordo que criou o Franco CFA em 1945, estabeleceu que os países africanos seriam obrigados a depositar metade de suas reservas em moeda estrangeira com o tesouro francês, o que significa que a França tem uma grande quantidade de divisas estrangeiras, que podem ser utilizadas para financiar os seus próprios projetos e interesses. A moeda limita a capacidade dos países membros de implementarem políticas monetárias independentes devido a sua vinculação ao Euro. Um dos exemplos práticos dessa limitação foi a crise financeira de 2008, onde a zona euro implementou políticas monetárias expansionista para estimular a economia, mas os países africanos, que utilizam o franco CFA, não conseguiram fazer o mesmo, pois a taxa de câmbio fixa os impedia de desvalorizar sua moeda, levando a uma perda de compatibilidade e uma diminuição das exportações, afetando negativamente a economia desses países.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AS ELITES INTERNAS E OS PROMOTORES DOS GOLPES DE ESTADO NA GUINÉ-BISSAU

A formação das elites políticas e militares na Guiné-Bissau está diretamente associada ao processo de descolonização e às estruturas herdadas do domínio português. Após a independência, em 1973, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) concentrou o poder político, dando origem a uma

elite burocrática e militar que controlava o Estado e os recursos nacionais. Essa centralização, embora necessária para consolidar o novo governo, gerou divisões internas e disputas que enfraqueceram o projeto de unidade nacional, tornando o país vulnerável à manipulação externa e a conflitos internos recorrentes.

Segundo Barros (2015), as elites africanas pós-independência assumiram funções de intermediação entre o poder político interno e os interesses das antigas potências coloniais. Essa postura resultou na manutenção de uma estrutura de dominação velada, na qual os líderes locais se tornaram agentes de continuidade do imperialismo. Na Guiné-Bissau, essa realidade se traduziu em sucessivos golpes de Estado liderados por figuras militares e políticas que, em vez de promoverem mudanças estruturais, perpetuaram a dependência econômica e a instabilidade institucional.

Segundo António (2010, p. 8) explica que:

O imperialismo moderno opera não apenas por meio de coerção direta, mas também através da cooptação de elites nacionais. Na Guiné-Bissau, os líderes militares utilizaram a retórica de combate à corrupção e à má gestão para justificar rupturas políticas que, em essência, reforçaram o controle externo sobre o país. Essa manipulação ideológica serviu para legitimar intervenções e consolidar o poder de grupos que mantinham vínculos com potências estrangeiras interessadas em preservar sua influência na região.

De acordo com Rodney (1972), as elites africanas emergiram como produtos do sistema colonial, moldadas segundo valores e interesses europeus. A educação e o acesso privilegiado ao poder concederam-lhes um papel central na perpetuação da dependência, transformando-as em instrumentos do imperialismo. No caso guineense, essa elite reproduziu práticas autoritárias e clientelistas que minaram as bases da democracia e impediram o fortalecimento das instituições civis, favorecendo a repetição cíclica de golpes de Estado ao longo das décadas.

O golpe de 1980, liderado por João Bernardo “Nino” Vieira, marcou o início de uma nova fase política em que as elites militares assumiram protagonismo na condução do país. Conforme Almeida (2018), a ascensão de Vieira representou não apenas uma mudança interna de poder, mas também um realinhamento geopolítico com potências ocidentais, especialmente Portugal e França. Essas alianças evidenciaram a dependência estrutural das elites guineenses, que buscaram apoio externo para legitimar seus governos e assegurar vantagens pessoais, em detrimento da autonomia nacional.

No estudo de Campos (2020, p. 17) ressalta que:

A aproximação de Vieira às potências ocidentais teve como contrapartida o enfraquecimento do projeto de integração com Cabo Verde e o abandono das políticas autônomas propostas por Amílcar Cabral. Essa mudança estratégica refletiu o interesse das elites em manter o poder, mesmo que isso significasse ceder às pressões externas e comprometer o ideal de unidade africana. A Guiné-Bissau, dessa forma, tornou-se palco de disputas entre facções internas e influências estrangeiras que se entrelaçam no controle do Estado.

A fragmentação das elites políticas e militares contribuiu para a perda de legitimidade das instituições públicas. Segundo Barros (2004), o imperialismo utiliza a divisão como instrumento de controle, fomentando rivalidades internas que enfraquecem a coesão nacional. Na Guiné-Bissau, as disputas pelo poder entre grupos ligados ao PAIGC e facções militares favoreceram a instabilidade e criaram um ciclo de golpes justificados por interesses particulares, sempre sob a retórica da salvação nacional.

Cardoso (2017) observa que as potências estrangeiras exploram essas divisões para manter influência sobre os países africanos, oferecendo apoio político e econômico a determinados grupos em troca de alinhamentos estratégicos. A narrativa, que considera esse golpe como o resultado exclusivamente de questões internas, ignora o efeito do contexto da Guerra Fria, que criou um ambiente favorável para sua realização. A chegada ao poder de Vieira, substituindo Cabral, encerrou uma era de influência socialista mais paradoxal, iniciando uma fase política caracterizada por maior pragmatismo e maior abertura à parceria com as potências ocidentais-imperialistas, que para Vieira seria a forma de conseguir o apoio para consolidar o seu poder e para essas potências representava a oportunidade de dividir os dois países unidos, que era ameaça direta a seus interesse e de acabar com a influência pós-soviético e instalar seu regime. Essa dependência recíproca alimenta o autoritarismo e impede a construção de uma soberania efetiva. Na Guiné-Bissau, os golpes de Estado revelam não apenas a fraqueza das instituições, mas também a instrumentalização das elites por atores externos que buscam garantir seus interesses geopolíticos e comerciais.

Barros (2015) complementa que a elite guineense, ao adotar modelos ocidentais de governança e economia, perdeu sua capacidade de formular políticas públicas adaptadas à realidade nacional. Essa alienação intelectual e política perpetua o ciclo de submissão e impede o surgimento de lideranças comprometidas com o

desenvolvimento autônomo. A manutenção desse modelo neocolonial, disfarçado sob a aparência de modernização, contribui para a crise crônica de legitimidade política que caracteriza o Estado guineense.

O papel das forças armadas como instrumento político das elites é um elemento fundamental para compreender os golpes na Guiné-Bissau. Segundo Faria (2005), os militares guineenses atuaram historicamente como árbitros do poder, interferindo na política sob o pretexto de restaurar a estabilidade. No entanto, suas intervenções frequentemente resultaram em maior instabilidade, alimentando ciclos de violência e corrupção. A ausência de uma cultura institucional sólida transformou o exército em um ator político permanente, enfraquecendo a autoridade civil.

A elite militar, ao controlar o poder coercitivo do Estado, utiliza a violência como mecanismo de imposição e negociação política. Essa prática consolidou um sistema em que o uso da força substitui o diálogo e a legalidade democrática. Como aponta Fanon (1961), o pós-colonialismo africano é caracterizado por elites que reproduzem a lógica de dominação colonial, exercendo poder autoritário sobre o próprio povo. Essa constatação aplica-se plenamente à realidade guineense, onde o exército atua como sustentáculo do poder elitista.

O impacto dessa estrutura elitista reflete-se na exclusão social e na desigualdade econômica. A elite guineense, ao monopolizar os recursos e oportunidades, mantém a população em situação de vulnerabilidade e dependência. Essa concentração de poder econômico e político perpetua a pobreza e limita a capacidade da sociedade civil de se organizar e resistir. O controle sobre os meios de comunicação, a economia e as instituições públicas assegura a continuidade de um sistema que beneficia poucos em detrimento da maioria.

Para António (2010, p. 41) destaca que:

O colonialismo deixou como herança a lógica de exploração e apropriação, agora internalizada pelas elites nacionais. Na Guiné-Bissau, essa herança manifesta-se na corrupção, na má gestão e na negligência das necessidades sociais. O Estado, em vez de atuar como promotor do bem comum, converte-se em um espaço de disputa por privilégios, sustentando o ciclo de instabilidade política e subdesenvolvimento.

A ausência de reformas institucionais profundas reforça a perpetuação das elites no poder. A dependência de apoio internacional, somada à falta de transparência na gestão pública, impede a consolidação de uma democracia

participativa. Como enfatiza Amin (1976), o desenvolvimento autônomo dos países africanos exige a ruptura com as estruturas herdadas do imperialismo e a reconstrução de instituições baseadas na soberania popular. Enquanto essa ruptura não ocorrer, a Guiné-Bissau permanecerá presa a um sistema que privilegia as elites e marginaliza o povo.

Em síntese, as elites internas guineenses desempenham papel central na manutenção dos golpes de Estado e na perpetuação da instabilidade. Cooptadas por interesses ocidentais-imperialistas e movidas por ambições elitistas e de classe, elas impedem o fortalecimento das instituições e comprometem a soberania nacional. A compreensão dessa dinâmica é essencial para analisar os desafios contemporâneos da Guiné-Bissau e desse modo, propor caminhos que rompam com a dependência política e econômica que a mantém subjugada há décadas.

2.2 INTERESSES POLÍTICOS E ECONÔMICOS COMO MOTORES DA INSTABILIDADE

A instabilidade política na Guiné-Bissau está profundamente relacionada aos interesses econômicos e geopolíticos que condicionam as dinâmicas de poder no país. Desde a independência, as disputas internas foram moldadas por uma estrutura de dependência que perpetuava a subordinação ao capital estrangeiro. Conforme Rodney (1972), o subdesenvolvimento africano não é uma etapa natural do progresso, mas o resultado direto da exploração imperialista, que extraiu riquezas e impôs modelos econômicos inviáveis. A Guiné-Bissau reflete esse padrão, sustentando uma economia periférica baseada na exportação de matérias-primas e na dependência de ajuda externa.

Segundo Amin (1976), o capitalismo mundial se organiza de modo a manter as ex-colônias em posição subalterna, garantindo o fluxo contínuo de riqueza do Sul para o Norte global. Essa dinâmica, conhecida como desenvolvimento desigual, manifesta-se na Guiné-Bissau através de políticas econômicas orientadas por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. As exigências desses credores impõem cortes orçamentários e reformas estruturais que fragilizam o Estado, agravando desigualdades e fomentando crises sociais que alimentam novos golpes de Estado.

Conforme Barros (2015, p. 9) destaca que:

O controle econômico pós-colonial é uma forma moderna de dominação que substitui a presença militar pela dependência financeira. Na Guiné-Bissau, a manutenção de programas de ajuda externa, empréstimos e subsídios cria um ciclo vicioso em que a soberania política é constantemente trocada por estabilidade monetária. Essa dependência impede o país de implementar políticas de industrialização e diversificação econômica, deixando-o vulnerável a oscilações internacionais e à ingerência estrangeira.

Já no estudo de Campos (2020, p. 16) explica que:

O realinhamento político promovido por João Bernardo Vieira após o golpe de 1980 inseriu a Guiné-Bissau numa nova ordem geopolítica. O rompimento com a orientação socialista e a reaproximação com países ocidentais revelaram o peso dos interesses externos sobre as decisões nacionais. Portugal e França tornaram-se atores estratégicos, utilizando a cooperação e o apoio financeiro como instrumentos de influência. Essa mudança marcou o início de uma nova dependência, desta vez travestida de parceria diplomática.

A economia guineense, centrada em produtos agrícolas de baixo valor agregado, como castanha de caju e amendoim, permanece vulnerável à exploração internacional. Conforme António (2010), as potências ocidentais mantêm políticas comerciais assimétricas que limitam o acesso dos países africanos aos mercados globais. Essa exclusão econômica impede o desenvolvimento sustentável e reforça o poder das elites locais alinhadas ao capital estrangeiro. A desigualdade resultante dessas relações acirra tensões internas e facilita a ascensão de regimes autoritários sob pretextos de estabilidade.

Faria (2005) acrescenta que, além da dependência econômica formal, a Guiné-Bissau tornou-se centro estratégico para o tráfico internacional de drogas na década de 1990. Esse fenômeno ampliou a corrupção e inseriu o país numa economia paralela sustentada por redes criminosas transnacionais. A infiltração desses capitais ilícitos nas instituições públicas reforçou a deterioração do Estado e criou um novo tipo de elite econômica, associada tanto ao crime quanto à política. Essa estrutura ilegal passou a financiar campanhas e golpes, ampliando a instabilidade política e social.

A influência das potências estrangeiras na definição das políticas econômicas guineenses é outro fator de instabilidade. Almeida (2018) ressalta que os governos locais frequentemente adotam decisões orientadas por interesses externos, ignorando as demandas internas por autonomia e desenvolvimento social. As reformas impostas pelos parceiros internacionais priorizam ajustes fiscais em detrimento do investimento

em educação, saúde e infraestrutura, perpetuando o ciclo de pobreza e descontentamento que fragiliza as instituições e gera terreno fértil para rupturas políticas.

As nações africanas permanecem presas a um sistema de trocas desiguais, em que exportam matérias-primas baratas e importam produtos manufaturados caros. Essa lógica colonial ainda define a economia guineense, que depende da venda de commodities a mercados controlados por conglomerados estrangeiros. A falta de autonomia econômica reflete-se na política, uma vez que os líderes locais são pressionados a atender interesses externos sob pena de perder financiamento e reconhecimento diplomático (Rodney, 1972).

O golpe de 7 de junho de 1998, liderado por Brigadeiro Ansumane Mané contra o presidente João Bernardo Vieira, que culminou na guerra civil guineense, ilustra a correlação entre economia e instabilidade. Esse golpe foi resultado de uma crise profunda de segurança, corrupção e tráfico de drogas, alimentada por uma relação de cumplicidade entre potências estrangeiras, políticos guineenses e forças armadas. De acordo com Faria (2005), o colapso das instituições e o aumento do tráfico de drogas ocorreram simultaneamente à retração dos investimentos internacionais e à redução da ajuda externa.

Na época o país estava numa situação muito instável, com políticos e militares que estavam envolvidos com atividades ilegais, principalmente o tráfico que vinha da América do Sul, passando pelo país, indo para a Europa. Essa rota do tráfico se tornou uma grande fonte de dinheiro sujo que alimenta a corrupção e a violência (Faria, 2005, p. 112).

O tráfico não é apenas uma atividade criminosa isolada, formam redes que entram em contacto com as forças armadas, a polícia, o governo e setores empresariais, criando um sistema de interesse que corrompe as instituições, dificultando a governança e alimentando ciclos de violência. A versão mais citada em leituras acadêmicas aponta para uma composição de alianças e disputas entre João Bernardo Vieira e Ansumane Mané, que teriam utilizado recursos e redes ilícitas para sustentar o poder, influenciar decisões políticas e articular apoio militar. O tráfico de drogas nessa leitura, não é apenas crime econômico, mas ferramenta de poder que desborda fronteira do estado. Em um regime com instituições fracas, o tráfico serve como recurso de financiamento de campanhas, compras de lealdades e instrumentalização de atores armados. Assim, o golpe de 1998 aparece não somente

como conflito entre facções militares, mas como conflito entre redes que se apoiam mutuamente ilegais para manter ou alterar o equilíbrio de poder.

Por outro lado, a desintegração econômica agravou as disputas políticas e fortaleceu os militares, que se apresentaram como únicos capazes de restaurar a ordem, abrindo caminho para mais golpes de Estado. O imperialismo moderno adota uma forma de dominação que privilegia o endividamento e a dependência tecnológica. As potências substituem a ocupação territorial pela influência financeira e pelo controle do conhecimento técnico. Na Guiné-Bissau, a ausência de soberania tecnológica impede o desenvolvimento industrial e a modernização agrícola, mantendo o país como exportador de produtos primários. Essa estrutura econômica dependente reforça a vulnerabilidade política e facilita a intervenção estrangeira sob o pretexto de cooperação (Barros, 2004).

A centralização de poder econômico nas mãos das elites nacionais é uma consequência direta dessa dependência estrutural. Conforme Amin (1976), o modelo de desenvolvimento periférico promove o enriquecimento de uma minoria e a marginalização da maioria. Na Guiné-Bissau, essa desigualdade concentra o poder político e econômico em pequenos grupos que manipulam as instituições para garantir privilégios, frequentemente recorrendo à força militar para manter o status quo.

Em 2003 houve um outro golpe de Estado que derrubou o governo civil do Kumba Yalá, que vinha se formando após a queda de Vieira. A partir daí, a instabilidade se tornou uma constante, com vários golpes e tentativas de golpe ao longo das décadas, refletindo a fragilidade das instituições democráticas e a dificuldade de estabelecer uma governança estável, priorizando os setores estratégicos para mitigação da pobreza, como o pagamento dos funcionários, principalmente os professores.

António (2010) adverte que o domínio econômico não se dissocia da dominação cultural e ideológica. O sistema educacional e as políticas do Estado guineenses reproduzem padrões ocidentais de consumo e pensamento, perpetuando a alienação da população em relação às suas próprias condições históricas. Esse processo de aculturação reforça o poder cultural e simbólico das antigas potências coloniais, que continuam, via OTAN-imperialismo, a ditar valores, modelos políticos e estratégias de desenvolvimento. O governo do Yalá passou por crise, não conseguiu pagar os funcionários, o que resultou numa paralisação que anulou o ano letivo e os militares decidiram tomar o poder com justificativa de evitar o colapso institucional. No

entanto, uma visão crítica aponta para a existência de interesses ocultos e para a fragilidade das instituições democráticas. Por trás da narrativa oficial de “restauração da ordem”, identifica-se atuação de setores das forças armadas que se sentiam marginalizados ou cujos interesses econômicos estavam ameaçados. Essa intervenção militar liderada pelo General Veríssimo Correia Seabra, foi justificada pela necessidade de evitar o colapso do Estado, contudo, essa intervenção ao contornar os mecanismos democráticos, abriu um precedente perigoso e demonstrou a fragilidade do poder civil frente às Forças Armadas e a comunidade internacional, embora “condenasse” o golpe, demonstrou uma capacidade limitada de impor consequências significativas, o que de certa forma, encorajou novas intervenções militares em 2009, que resultou no assassinato do presidente João Bernardo Vieira e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Tagme Na Waie.

O assassinato do Vieira, que havia retornado ao poder após um período de exílio, foi apresentado como uma retaliação pelo assassinato do Na Waie, que teria morido em um atentado á bomba. Porém, uma análise crítica sugere que as motivações por trás desses assassinatos e, conseqüentemente, do golpe, eram mais complexas do que a simples vingança. As disputas internas nas Forças Armadas, as rivalidades pelo controle do tráfico de drogas e as manobras políticas para consolidar ou derrubar o poder estavam em jogo. O assassinato do Vieira em particular, representou um golpe severo para as instituições democráticas, pois a eleição de um presidente e posteriormente, a sua morte violenta em circunstâncias suspeitas, demonstrou a incapacidade do Estado em garantir a segurança de seus líderes e a prevalência da lei. A resposta da comunidade internacional novamente foi de condenação, mas sem medidas efetivas que pudessem reverter a tendência de instabilidade, porque vê na Guiné-Bissau um ponto estratégico para seus próprios interesses, sejam eles relacionados à segurança, ao “combate” ao narcotráfico ou a outras agendas geopolíticas.

O golpe de 12 de Abril de 2012, que derrubou o presidente interino, Manuel Serifo Nhamadjo e o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, foi o mais emblemático da interferência de interesses externos e da perpetuação do ciclo de instabilidade. O evento ocorreu em um contexto de eleições presidenciais, onde Carlos Gomes Júnior era um forte candidato, tendo como narrativa oficial evitar um “vácuo de poder”, mas uma análise crítica revela que o golpe foi orquestrado por facções militares insatisfeitas com perspectivas de um governo civil comprometido em combater o

narcotráfico e a corrupção. Tanto os políticos, forças armadas e as potências estrangeiras, estão envolvidos com o tráfico de drogas. Essa relação de cumplicidade criou um ambiente de corrupção generalizada, onde ninguém tem interesse em combater o tráfico ou melhorar o país (Faria, 2005, p. 115).

O golpe de 26 de novembro de 2026, que pôs fim ao processo eleitoral, foi caracterizado por uma série de tensões políticas, sociais e econômicas que se acumulavam ao longo dos anos, evidenciando a fragilidade das instituições democráticas na Guiné-Bissau.

Na véspera da divulgação dos resultados das eleições, os militares, sob o comando do brigadeiro-general Dinis Incanha, assumiram o poder e justificaram o golpe afirmando que era necessário impedir uma alegada manipulação dos resultados por políticos e narcotraficantes. O novo Alto Comando Militar para a Restauração da Segurança Nacional e Ordem Pública, Horta In Tá, assumiu o controle do país, desativando todas as instituições políticas e estabelecendo um toque de recolher.

Antes das eleições, o presidente Umaro Sissoco Embaló já havia dissolvido a Assembleia Nacional Popular três vezes, justificando que a Assembleia impedia o funcionamento do governo e que havia corrupção generalizada entre deputados. O que gerou questionamentos sobre a presença da democracia na Guiné-Bissau, uma vez que a democracia está vinculada à soberania. A democracia requer um estado soberano capaz de assegurar a liberdade e a participação dos cidadãos nas decisões, enquanto a soberania é a autoridade suprema e independente de um Estado para autoadministrar-se sem a interferência externa.

De acordo com Giovanni Sartori (1987, p. 23), “a democracia é um sistema político que se baseia na soberania popular”. Em outras palavras, a democracia é um sistema político que valoriza a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões políticas, e a soberania é um componente essencial para a legitimidade democrática.

O povo guineense vai à urna apenas para cumprir formalidades, a sua vontade nunca foi considerada. Para afirmar que não existe a democracia na Guiné-Bissau, é preciso considerar que existem três formas de democracia no país:

1- Democracia pendular: o ciclo incessante de golpes, eleições, dissolução do parlamento e novos golpes.

2- A democracia de palanque armado: realiza comícios e eleições, porém o exército é sempre o juiz final; se o resultado não é satisfatório, ele toma a decisão.

3- Democracia guarda-chuva, que protege a todos da chuva com eleições, constituições e tribunal, mas apenas aqueles que o presidente permite entrar permanecem secos. Formalidade externa, controle interno.

A verdadeira independência africana só será possível quando houver autonomia econômica. Enquanto a Guiné-Bissau depender de financiamento estrangeiro e de mercados externos para sustentar sua economia, continuará refém de interesses imperialistas. A emancipação política, portanto, deve ser acompanhada de uma reestruturação econômica que permita a produção interna de riqueza e o fortalecimento de instituições nacionais autônomas (Rodney, 1972).

A manutenção dessa dependência serve de justificativa para a interferência externa e legitima o discurso das elites de que apenas os golpes de Estado podem garantir estabilidade. Essa retórica, amplamente difundida durante os períodos de crise, mascara a real motivação dos conflitos: o controle dos recursos e das rotas comerciais. A perpetuação desse modelo de dependência representa não apenas um obstáculo ao desenvolvimento, mas também uma ameaça à soberania nacional.

Em síntese, os interesses políticos e econômicos atuam como motores centrais da instabilidade guineense, conectando fatores internos e externos em um ciclo de dominação. A dependência econômica, o endividamento e a ingerência estrangeira comprometem a autonomia política do país e fortalecem elites que utilizam o poder como instrumento de manutenção da desigualdade. Romper com esse modelo exige políticas voltadas à soberania produtiva, ao fortalecimento institucional e à reconstrução do projeto nacional de desenvolvimento.

2.3 INFLUÊNCIA IMPERIALISTA E IMPACTOS SOBRE A SOBERANIA E O DESENVOLVIMENTO

A influência imperialista sobre a Guiné-Bissau é um fenômeno histórico que, embora tenha se transformado ao longo das décadas, permanece presente sob novas formas de dominação. Conforme Rodney (1972), o imperialismo não desaparece com a independência formal, mas se reconfigura através de mecanismos econômicos e políticos que mantêm os países periféricos dependentes. Na Guiné-Bissau, a soberania conquistada com a luta de libertação foi gradualmente corroída por relações assimétricas impostas por potências estrangeiras que condicionam o desenvolvimento nacional a seus próprios interesses.

Para Barros (2004) argumenta que:

O imperialismo moderno opera por meio da divisão e da manipulação das elites locais, estratégia que garante o controle indireto sobre as ex-colônias. Na Guiné-Bissau, essa prática consolidou uma estrutura de poder baseada em alianças externas e na submissão das decisões nacionais aos ditames internacionais. As elites políticas e militares, cooptadas por promessas de apoio e financiamento, tornaram-se agentes internos da dependência, reproduzindo os padrões coloniais de dominação.

Conforme António (2010), o discurso de cooperação internacional muitas vezes serve como disfarce para práticas imperialistas que visam preservar o acesso a recursos e mercados estratégicos. Essa cooperação condicionada enfraquece a autonomia política e reduz o Estado a mero executor de políticas externas. A dependência econômica, associada à fragilidade institucional, compromete a capacidade da Guiné-Bissau de formular projetos nacionais de desenvolvimento. Essa situação reforça a vulnerabilidade do país diante de interesses globais que o mantém na periferia do sistema capitalista.

A ingerência estrangeira na política guineense se manifesta de forma explícita nos sucessivos golpes de Estado. Almeida (2018) observa que os apoios financeiros e logísticos oferecidos por potências ocidentais a determinados grupos militares contribuíram para a perpetuação da instabilidade. Sob o pretexto de promover a democracia, esses países interferem na soberania nacional e moldam os rumos políticos conforme suas conveniências. Essa interferência direta demonstra que o imperialismo contemporâneo substituiu a ocupação territorial pela manipulação estratégica das estruturas de poder locais.

Para Campos (2020, p. 28) reforça que:

A reorientação geopolítica da Guiné-Bissau após o golpe de 1980 evidenciou o papel das potências estrangeiras na definição de sua política externa. Portugal e França, ao retomarem laços econômicos e diplomáticos com o país, passaram a exercer influência significativa sobre as decisões governamentais. Essa aproximação, embora apresentada como parceria bilateral, serviu para restaurar o domínio político e econômico que caracterizava o período colonial. Assim, a soberania nacional tornou-se simbólica, restrita às formalidades diplomáticas.

Segundo Faria (2005), o tráfico de drogas e as redes de corrupção que emergiram nas décadas seguintes reforçaram o caráter neocolonial do Estado guineense. O país transformou-se em rota estratégica para o narcotráfico

internacional, com a convivência de autoridades e o apoio de interesses externos. Essa infiltração de capitais ilícitos comprometeu a integridade das instituições e ampliou a dependência do país de economias externas, tornando-o refém de pressões políticas e financeiras que impedem seu desenvolvimento autônomo.

O pós-colonialismo africano como um período de continuidade da opressão sob novas roupagens. A dominação colonial cede espaço ao imperialismo econômico e à influência cultural, que moldam a identidade e o comportamento das nações recém-independentes. A Guiné-Bissau exemplifica essa transição: suas elites perpetuam valores eurocêntricos e padrões políticos herdados, enquanto a população continua marginalizada e excluída das decisões sobre seu próprio destino (Fanon, 1961).

O imperialismo contemporâneo utiliza a diplomacia econômica como ferramenta de controle. A concessão de créditos e ajudas financeiras cria laços de dependência que limitam a capacidade de autodeterminação. O país, pressionado por dívidas e obrigações externas, é forçado a adotar políticas que beneficiam investidores estrangeiros em detrimento do bem-estar social. Essa submissão compromete não apenas a soberania econômica, mas também a dignidade nacional, perpetuando o ciclo de dominação (Barros, 2015).

A dependência cultural é outro instrumento de influência imperialista que afeta o desenvolvimento guineense. Fausto António (2018) ressalta que a hegemonia dos valores ocidentais molda o sistema educacional e a produção do conhecimento, gerando alienação e enfraquecendo as identidades locais. O resultado é uma sociedade desconectada de suas próprias tradições e incapaz de desenvolver soluções compatíveis com sua realidade. Essa subordinação cultural reforça o domínio simbólico e legitima a superioridade das potências imperialistas do bloco OTAN.

A verdadeira libertação só ocorre quando os povos conquistam o controle sobre suas economias, suas culturas, línguas e suas instituições políticas. A Guiné-Bissau, no entanto, continua dependente de modelos exógenos de desenvolvimento impostos por agências internacionais. Esses modelos, baseados em paradigmas neoliberais, ignoram as especificidades locais e perpetuam a exclusão social. Dessa forma, o imperialismo se mantém como força estruturante da realidade guineense, definindo suas prioridades e limitando seu progresso (Rodney, 1972).

A relação entre imperialismo e soberania na Guiné-Bissau é marcada por contradições. Enquanto o país se apresenta como Estado independente, suas

políticas refletem a subordinação a interesses externos. Almeida (2018) observa que essa dependência se manifesta até mesmo nas alianças regionais, onde decisões são frequentemente condicionadas por agendas geopolíticas das grandes potências. A soberania, nesse contexto, torna-se um conceito formal, sem efetividade prática.

Barros (2019) adverte que a perpetuação dessa influência compromete o futuro da democracia e o desenvolvimento humano. A ingerência estrangeira impede a consolidação de instituições sólidas e alimenta a corrupção endêmica, que serve como mecanismo de controle e divisão interna. O país, ao permanecer preso a essa teia de dependência, perpetua a instabilidade e inviabiliza qualquer tentativa de reconstrução institucional baseada em valores autênticos de soberania e justiça social.

Para romper com o imperialismo, é necessário redefinir o conceito de cooperação internacional, transformando-o em um instrumento de fortalecimento mútuo e não de subordinação. Essa transformação exige a recuperação da autonomia política e econômica, bem como o resgate da identidade cultural africana. A Guiné-Bissau só poderá alcançar um desenvolvimento sustentável quando substituir as relações de dependência por parcerias baseadas na igualdade e no respeito à autodeterminação dos povos (Campos, 2020).

No estudo de António (2010, p. 26) aponta que:

A resistência ao imperialismo passa pela reconstrução do Estado e pela valorização das tradições locais como base do desenvolvimento. O fortalecimento das instituições e a criação de políticas públicas autônomas são caminhos fundamentais para restaurar a soberania nacional. Essa tarefa exige uma ruptura ideológica com o passado colonial e o reconhecimento da capacidade africana de produzir soluções próprias para seus desafios.

Dessa forma a influência imperialista na Guiné-Bissau molda não apenas sua economia e política, mas também suas estruturas culturais e institucionais. A soberania nacional permanece comprometida por uma teia de dependências que perpetua o subdesenvolvimento e a fragilidade do Estado. Romper com esse ciclo requer consciência histórica, fortalecimento das instituições e comprometimento político com a autonomia. Somente assim o país poderá transformar a independência formal em soberania efetiva e alcançar um desenvolvimento verdadeiramente emancipador.

A perda da autonomia nacional na África tem a ver com a sua trajetória de colonização e suas repercussões atuais. A diáspora africana traz consigo a lembrança da escravidão e da colonização, mas também possui um grande potencial de resistência e impacto. Muitos africanos e seus descendentes se tornaram ativistas, pensadores e profissionais que, mesmo distantes fisicamente, mantêm uma forte ligação com o continente, lutando por reconhecimento, justiça social e autodeterminação em seus países de acolhimento, lutando pela autonomia das nações africanas, oferecendo suporte material, intelectual e político, além de atuarem como vozes essenciais na denúncia de injustiças, tanto históricas quanto atuais.

Os Movimentos Sociais Negros, tanto na África quanto fora, têm um papel fundamental na reorganização das narrativas e na mobilização das massas, questionando as estruturas de poder estabelecidas, moldadas por interesses coloniais e neocoloniais. Ao reivindicarem a liderança negra e a valorização das culturas e conhecimentos africanos, eles ajudam a construir uma consciência crítica essencial para o fortalecimento da autonomia nacional, enfrentando perspectivas eurocêntricas e buscando um desenvolvimento independente.

Porém, é necessário observar com muita cautela as forças que se opõem à autonomia nacional. O imperialismo dos Estados Unidos e da Europa, com raízes históricas profundas que têm início no tráfico de escravizados e na Conferência de Berlim, ainda exerce uma influência significativa. Essa influência se manifesta de diversas formas, muitas vezes através de ONGs e de igrejas mundiais e neopentecostais, mas com efeitos tangíveis na liberdade dos países africanos em suas decisões políticas, econômicas, filosóficas, educacionais e de soberania epistemológica e nacional. Nesse cenário, as Igrejas, especialmente aqueles que nelas atuam sem estarem comprometidos em um projeto de autonomia nacional, se tornam instrumentos de opressão. Algumas vezes, essas instituições, ao serem controladas ou afetadas por agendas externas, acabam desviando a atenção das lutas pela autodeterminação, espalhando ideias que fragilizam a identidade nacional ou que se alinham a interesses imperialistas dos EUA-OTAN, sem que isso seja notado pelas suas bases.

É crucial ressaltar que essa influência não se limita a ações diretas, também se manifesta na promoção de modelos de desenvolvimento e governança que atendem aos interesses das potências ocidentais. A dependência de financiamentos, a imposição de agendas políticas e econômicas, e a propagação de uma certa visão de

mundo são ferramentas que mantêm a subordinação, mesmo depois do fim formal do colonialismo. As ONGs que trabalham em nome dos “Direitos Humanos”, quando estão ligadas a interesses do imperialismo, tornam-se agentes de repressão e de desestabilização. Embora a defesa dos direitos humanos seja vital, é importante investigar quais agendas fundamentam algumas dessas organizações e se suas ações realmente buscam fortalecer a autonomia dos povos ou, na realidade, impõem um modelo social e estatal que favorece potências estrangeiras, enfraquecendo a autonomia nacional.

Portanto, ao examinar a função de diversos participantes na busca pela autonomia nacional na África, é importante distinguir entre aqueles que verdadeiramente se dedicam à libertação e aqueles que, de maneira disfarçada, mantêm laços de subordinação e controle. A história do comércio de escravizados e da Conferência de Berlim serve como um lembrete sombrio das raízes dessa batalha e da perenidade das forças que desejam explorar o continente. Dessa forma, a defesa da autonomia nacional requer uma vigilância contínua e uma avaliação crítica de todas as forças envolvidas. Diáspora e os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na revelação das estratégias do imperialismo dos Estados Unidos e dos países europeus e bem do entendimento da geopolítica atual, os movimentos diasporicos e negros têm realizado muito pouco. Por outro lado, as forças imperialistas se camuflam em discursos humanitários ou religiosos, como acontece com algumas ONGs e Igrejas influenciadas por interesses dessas potências. Esses movimentos não simbolizam iniciativas de organização e mobilização política que visam fortalecer a identidade e a independência dos países africanos. Ao se aprofundarem nas questões internas e nas relações externas, ONGS e igrejas mundiais servem como impulsionadores de políticas neoliberais que são, a rigor, obstáculos à soberania. Em outros termos, elas atuam especialmente para a manutenção dos privilégios estrangeiros que buscam manter ou restaurar formas de controle sobre os recursos e as decisões políticas do continente. Porém, alguns movimentos, como Fórum de estudantes guineenses e Associação dos estudantes africanos (ASEA), precisam rever certos discursos e comemorações, principalmente sobre as datas de falsas independências dos países africanos. Será que os líderes africanos como Amílcar Cabral, entre outros, se doaram simplesmente para que os seus descendentes pudessem celebrar as datas que os opressores deixaram de estar presencialmente nos palácios africanos e passaram a governar com a adesão das elites internas?

António (2024) questiona o real significado dessas datas, apontando para a persistência de estruturas neocoloniais-imperialista e a necessidade de ir além de meras comemorações superficiais. Ele argumenta que, enquanto as feridas históricas não forem verdadeiramente cicatrizadas, as celebrações das independências podem soar vazias, mascarando realidades de desigualdade que ainda afetam os países africanos. A visão crítica do autor força a pensar se estão celebrando a liberdade conquistada ou apenas um marco formal que não se traduziu em emancipação plena em todos os âmbitos. Em vez de contribuírem para a aceitação das ações neocoloniais, esses movimentos precisam focar mais em formação e conscientização contínuas. É uma jornada que precisa de estratégias robustas, eles precisam aprofundar os seus conhecimentos sobre as dinâmicas do poder, pois, o imperialismo em suas diversas formas de atuação desde a dominação econômica e política, até a imposição cultural, tece uma teia intrincada que sufoca o desenvolvimento autônomo do país. Os movimentos que verdadeiramente querem a autonomia nacional devem cautelar nos seus discursos para não ocultar as ações criminosas imperialistas.

O Fórum de Guineenses e ASEA, entre outros movimentos sociais, devem atuar como multiplicadores dos conhecimentos adquiridos em seus países de origem. O foco é a resistência e a criação de quadros de cientistas, pesquisadores e intelectuais, que promovam cursos políticos e acadêmicos, entre tantos outros, voltados à soberania da Guiné-Bissau.

O que esperamos dos movimentos sociais africanos e negros na diáspora, notadamente os que estão na Unilab, é o desempenho de um papel político e a sistematização de campanhas, comitês de mobilização e outros recursos para ampliar a força e a atuação coletiva na defesa da soberania nacional da Guiné-Bissau. O processo é o da criação de artefatos pedagógicos e políticos para a formação e intervenção no contexto geopolítico. Falamos de materiais adaptados à realidade local e para o enfrentamento das produções imperialistas e, igualmente, para a luta de classes no território guineense.

Essa disseminação do conhecimento político anti-imperialista, que desvela e altera o papel subalterno das elites locais, é fundamental. Assim, teremos – e não é algo natural – a formação de novas lideranças e profissionais para atuação nas áreas que irão assegurar a soberania nacional da Guiné-Bissau.

Por outro lado, esses movimentos – o Fórum de Guineenses, a ASEA e os Movimentos Negros – devem atuar em colaboração com outros guineenses ao redor

do mundo e movimentos de resistência que atuam no país. A luta é em prol da soberania nacional na Guiné-Bissau. O Estado deve cumprir uma missão diferente, sendo uma peça-chave para assegurar investimentos no país. A mudança só virá com a derrota política das elites atuais, que controlam as instâncias políticas e, sobretudo, o Estado guineense. Os movimentos sociais e políticos que lutam pela verdadeira autonomia da Guiné-Bissau terão de criar redes, comitês de luta e outros meios para a ação política.

É importante também que esses movimentos realizem uma análise consistente sobre as dinâmicas geopolíticas contemporâneas e o papel emergente de potências como Rússia e China no que se convencionou chamar de “Sul Global”, explorando as complexas relações de poder, os interesses econômicos e as narrativas que moldam essa nova configuração mundial. De acordo com António (2023), o “Sul Global” não é um bloco homogêneo, mas um espaço de negociação e disputas, onde a ascensão de novas potências pode significar tanto oportunidades quanto novos desafios para os países que buscam consolidar sua soberania e desenvolvimento.

3 CONCLUSÃO

A análise dos golpes de Estado na Guiné-Bissau permite compreender que a instabilidade política do país é resultado de um processo histórico marcado por heranças coloniais e pela atuação contínua de forças imperialistas. As elites locais, ao invés de promoverem a emancipação nacional, tornaram-se mediadoras entre o poder interno e os interesses externos. Essa intermediação consolidou um sistema de dependência estrutural, no qual o poder político é utilizado como instrumento de manutenção de privilégios e não como mecanismo de transformação social.

O estudo evidenciou que as elites internas desempenham papel determinante na perpetuação das crises políticas. Através de alianças com potências imperialistas do bloco sintetizado pela OTAN, utilizam-se das forças armadas, sistema jurídico e das instituições civis, ONGS e igrejas internacionais para consolidar seus projetos de poder. Essa prática, herdada do modelo colonial-escravizador e renovada pela Conferência de Berlim (1885) e OTAN (1949), impede o fortalecimento da soberania e reproduz uma lógica de dominação que privilegia poucos em detrimento da maioria.

Assim, o Estado torna-se refém de interesses de classe (a elite interna) e externos, imperialismo, comprometendo o desenvolvimento nacional.

Os interesses políticos e econômicos constituem o núcleo propulsor da instabilidade guineense. A dependência de ajuda financeira internacional e a ausência de políticas autônomas de industrialização mantêm o país em posição subalterna no sistema capitalista global. A ingerência de organismos internacionais e o endividamento contínuo reduzem a capacidade do Estado de gerir seus próprios recursos, transformando a economia em ferramenta de controle político. Essa vulnerabilidade econômica sustenta o ciclo de rupturas e golpes sucessivos.

A influência imperialista manifesta-se não apenas por meio de mecanismos econômicos, mas também através da imposição cultural e ideológica. O sistema educacional, a comunicação social e as políticas públicas refletem padrões ocidentais que desvalorizam a identidade africana. Esse domínio simbólico é tão eficaz quanto o político, pois molda o pensamento social e legitima a subordinação. A Guiné-Bissau, ao internalizar valores estrangeiros, distancia-se de sua própria essência cultural e de sua capacidade de autodefinição enquanto nação soberana.

A análise também demonstrou que a ingerência externa, aliada à corrupção e à fragmentação das elites, inviabiliza a consolidação democrática. O Estado fragilizado perde legitimidade perante a população, enquanto as forças armadas assumem protagonismo político sob o pretexto de restaurar a ordem. Essa dinâmica cria um círculo vicioso em que a instabilidade justifica novas intervenções e impede o amadurecimento institucional. Romper com essa lógica requer uma reforma profunda das estruturas de poder e a reconstrução da confiança social.

Outro aspecto relevante é o impacto dessa dependência sobre o desenvolvimento humano. As crises políticas e econômicas afetam diretamente o acesso à educação, saúde e trabalho, ampliando as desigualdades sociais. Enquanto as elites acumulam riqueza, a maioria da população permanece marginalizada e desprovida de oportunidades. O resultado é uma sociedade marcada pela exclusão e pela descrença nas instituições, o que reforça o ciclo de instabilidade e impede a construção de um projeto nacional coeso e inclusivo.

Portanto, a superação da influência imperialista e da dependência interna requer uma estratégia baseada na autonomia política, econômica e cultural. É imprescindível fortalecer as instituições públicas, combater a corrupção e promover uma educação libertadora que resgate os valores africanos. A verdadeira soberania

da Guiné-Bissau dependerá de sua capacidade de romper com o modelo imposto pelo imperialismo estadunidense e dos países da Europa e de construir um Estado comprometido com o bem-estar coletivo e com a justiça social.

Em síntese, os golpes de Estado na Guiné-Bissau não são meros episódios de disputa pelo poder, mas expressões de um sist National sovereignty em sistema internacional desigual e de elites cooptadas pela lógica imperialista. Compreender essa relação é essencial para delinear caminhos que conduzam à emancipação plena do país. Somente por meio da autodeterminação, da reestruturação institucional e do resgate das identidades africanas será possível transformar a independência formal em soberania efetiva e alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e libertador.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Paulo. **As dinâmicas políticas na Guiné-Bissau e o papel das forças armadas**. Bissau: Instituto Nacional de Estudos Africanos, 2018.

AMIN, Samir. **Unequal development**: An essay on the social formations of peripheral capitalism. New York: Monthly Review Press, 1976.

ANSEN, J. **A civilização egípcia**: história e cultura. São Paulo: Editora Brasileira, 2004.

ANTÓNIO, Fausto. **Lutas de libertação na África**: uma análise marxista. Rio de Janeiro: Editora Y, 2010.

ANTONIO, Fausto. Dia da África e das independências: comemorar o quê? **Página 13**, [S. l.], 09 jul. 2024. Disponível em: <https://pagina13.org.br/dia-da-africa-e-das-independencias-comemorar-o-que/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

ANTONIO, Fausto. Rússia, China e o devir sul global. **Página 13**, [S. l.], 22 jun. 2023. Disponível em: <https://pagina13.org.br/russia-china-e-o-devir-sul-global/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

BARROS, Deolindo Nunes de. **Colonialismo, racismo e dependência africana**: as raízes do subdesenvolvimento. Luanda: Editora Nzila, 2015.

BARROS, Deolindo Nunes de. **A política africana e o imperialismo**. São Paulo: Editora X, 2004.

CAMPOS, Francisco. **Governança e instabilidade política na Guiné-Bissau**: desafios contemporâneos. Lisboa: Editora Universitária, 2020.

CARDOSO, Carlos. Guiné-Bissau: a persistência da instabilidade política. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 123-145, 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FARIA, Sérgio. **Tráfico de drogas e instabilidade política na África Ocidental**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HARGREAVES, David. **A educação e a sociedade do conhecimento**. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

RODNEY, Walter. **How Europe underdeveloped Africa**. London: Bogle-L'Ouverture Publications, 1972.

SARTORI, Giovanni. Teoria da democracia. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.